
SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

O PAPEL DO OFICIAL DE JUSTIÇA NA ESTRUTURA JUDICIÁRIA

- | | |
|--|----|
| | 17 |
| 1. A evolução de uma profissão milenar | 17 |
| 2. Atribuições dos Oficiais de Justiça do século XXI | 22 |
| 3. Novas atribuições: um critério possível | 28 |
| 4. Oficial de Justiça. Profissão: executivo | 31 |
| 5. Oficial de Justiça localizador | 33 |
| 6. Oficial de Justiça avaliador | 35 |
| 7. Oficial de Justiça conciliador | 36 |

CAPÍTULO 2

COMUNICAÇÃO EM DILIGÊNCIA

- | | |
|--|----|
| | 43 |
| 1. Profissional do Direito | 43 |
| 2. Profissional da comunicação | 44 |
| 3. Padronização de procedimentos | 45 |
| 4. Domínio da linguagem | 46 |
| 4.1. Fundamentos da comunicação não violenta | 47 |
| 4.2. Linguagem escrita | 53 |
| 4.2.1. Cartão de visita | 53 |
| 4.2.2. Avisos formais | 54 |
| 4.3. Linguagem corporal | 56 |

4.3.1. Aperto de mão	56
4.3.2. Atitude positiva	56
4.3.3. Distância adequada	57
4.3.4. Posicionamento	57
4.3.5. Contato visual	57
4.3.6. Paciência	58
4.4. Linguagem visual	58
4.4.1. Vestimenta	58
4.4.2. Adequação ao ambiente	60
4.5. Linguagem oral	62
4.5.1. Atitude passiva	63
4.5.2. Atitude agressiva	64
4.5.3. Atitude assertiva	64
4.5.4. Abordagem	66
4.5.5. Discrição	66
4.5.6. Tom de voz	67
4.5.7. Discussão	68
4.5.8. Vocabulário	70
4.5.9. Linguagem positiva	71
4.5.10. Impessoalidade	73
4.5.11. Respeito aos pontos de vista	74
4.5.12. Escuta ativa	74
4.5.13. Aconselhamento jurídico	76
4.5.14. Conversa social	77
5. Etapas de uma diligência	77
5.1. Saudação	78
5.2. Identificação	78
5.3. Privacidade	78
5.4. Conteúdo do mandado	79
5.5. Assinatura	79
5.6. Contrafé	80

CAPÍTULO 3

O MANDADO JUDICIAL **83**

1. Instrumento da legalidade 83
2. Cumprimento do mandado 86
 - 2.1. Acesso e trânsito livres 88
3. Sugestões para o aperfeiçoamento dos mandados 91
 - 3.1. Simplificação da linguagem 91
 - 3.2. Título 92
 - 3.3. Organizar as ordens 92
 - 3.4. Separar as autorizações especiais 93
 - 3.5. Evitar remissões a textos externos 94
 - 3.6. Evitar inserções manuscritas 95
4. Modelos de mandados 95

CAPÍTULO 4

A CERTIDÃO DE DILIGÊNCIA **103**

1. A imagem do profissional 103
2. Sugestões para o aperfeiçoamento das certidões 104
 - 2.1. Utilizar títulos esclarecedores 105
 - 2.2. Simplificar a linguagem 106
 - 2.3. Evitar vícios de linguagem 107
 - 2.4. Manter o tom respeitoso 108
 - 2.5. Organizar o texto 109
 - 2.6. Certificar com objetividade 111
 - 2.7. Usar o verbo do mandado 113
 - 2.8. Não tratar de assuntos pessoais nos autos 114
 - 2.9. Respeitar as competências 115
 - 2.10. Juntada de documentos com a certidão 116
 - 2.11. Cuidado com a gramática 116
3. Modelos de certidões 120

CAPÍTULO 5**ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL 123**

1. O papel do Oficial de Justiça na comunicação processual 123
2. Citações 124
3. Intimações 133
4. Do local da comunicação 134
5. Quando não fazer a comunicação 136
6. Transmissão da informação 138
7. Quando o Oficial pode diligenciar 139
8. Casos de recusa e a fé pública 142
9. Ocultação 144
10. Comunicação por hora certa 148
11. Comunicação por edital 153

CAPÍTULO 6**CUMPRIMENTO REMOTO DE MANDADOS 157**

1. Uma nova área de atuação para os Oficiais de Justiça 157
2. Atos do Oficial de Justiça por meio eletrônico 158
3. Atos por videoconferência 160
4. Abertura normativa para novas tecnologias 162
5. Princípios processuais 162
 - 5.1. Princípio da instrumentalidade das formas 163
 - 5.2. Princípio da ausência de nulidade sem dano 163
 - 5.3. Princípio da boa-fé objetiva 164
6. Meios alternativos de comunicação 165
7. Requisitos do ato de comunicação remoto 169
 - 7.1. Meio idôneo 169
 - 7.2. Ausência de prejuízo 170
 - 7.3. Identificação do destinatário 171
 - 7.4. Concordância 173
 - 7.5. Envio do documento 174
 - 7.6. Ciência inequívoca 174

8. Elementos para a mensagem de envio	175
9. A certidão de diligência remota	177
10. Meio remoto no Processo Penal	178
11. Atos remotos e jurisdição territorial	181
12. Outros atos passíveis de utilização de recursos digitais	183
12.1. Resultado negativo em diligência anterior	183
12.2. Negativa com constatação virtual	184
12.3. Negativa com utilização de convênios	186
12.4. Diligências improdutivas	186
13. Privacidade de dados	189

CAPÍTULO 7

PENHORA DE BENS E DIREITOS **195**

1. Função típica do Oficial de Justiça	195
2. O auto de diligência	196
2.1. Reprodução eletrônica do auto de diligência	197
3. Do local da penhora	198
4. A realização da penhora	199
5. Fotografia dos bens	200
6. Utilidade da penhora	202
7. Impenhorabilidade	204
8. Ordem legal dos bens a penhorar	208
9. Princípio da menor onerosidade	210
10. Nomeação de depositário	211
11. Intimação da penhora	214
12. Penhora de créditos em mãos de terceiros	216
13. Penhora no rosto dos autos	217
14. Penhora de empresas, cotas sociais e faturamento	218
15. Penhora de veículos	220
15.1. Penhora de direitos sobre veículos alienados	221

16. Penhora de imóveis	223
16.1. Necessidade de verificação do imóvel	224
16.2. Localização do imóvel	225
16.2.1. Localização por satélite	226
16.3. Requisitos do auto de penhora de imóveis	227
16.3.1. Dados da matrícula	228
16.3.2. Identificação adicional	229
16.3.3. Endereço atual	229
16.3.4. Benfeitorias	229
16.3.5. Ocupação	231
16.4. Depositário de imóvel	232
16.5. Intimação da penhora e outorga uxória	232
16.6. Bem de família	233
17. Arresto e sequestro	237
18. Modelos de autos de penhora	238

CAPÍTULO 8

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	239
1. A importância da avaliação	239
2. Oficial de Justiça avaliador	240
3. Justificativa de valor	241
4. O auto de avaliação	243
5. Valor de mercado	245
6. Avaliação de bens móveis	246
6.1. Avaliação a partir do bem novo	249
6.1.1. Depreciação de bens móveis	250
6.1.2. Valor residual	253
7. Avaliação de imóveis	255
7.1. Método Comparativo Direto de Dados de Mercado	256
7.1.1. Ajustes na amostra	260

7.1.2. Desconto de negociação	262
7.1.3. Restrições à utilização	263
7.1.4. Avaliação de parte do imóvel	265
7.1.5. Avaliação de glebas	267
8. O Método Evolutivo	269
8.1. Apuração do valor do terreno	270
8.2. Apuração do custo das benfeitorias	270
8.3. Ajuste do CUB	273
8.4. Depreciação de benfeitorias	274
8.5. Fator de comercialização	277
8.6. Valor residual de benfeitorias	281
8.7. Imóveis reformados	282
8.8. Obras inacabadas	283
9. Imóveis rurais	284
10. Modelos	287

CAPÍTULO 9

ATOS DE FORÇA E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	295
1. Limites do uso da força	295
2. Proteção aos direitos fundamentais	296
2.1. Proteção do domicílio e arrombamento	297
2.1.1. Do conceito de casa	302
2.2. O tempo dos atos de força	305
3. Busca e apreensão	307
3.1. Busca e apreensão de autos	310
3.2. Busca e apreensão de documentos	311
3.3. Busca e apreensão de pessoas	312
4. Prisão	314
5. Condução coercitiva de testemunhas	317
6. Medidas protetivas de urgência	323

7. Ações possessórias	332
7.1. Imissão na posse	332
7.2. Ações possessórias típicas	335
7.3. Despejo	337
7.4. Ações possessórias na Justiça do Trabalho	339
8. Reintegração no emprego	343
9. Penhora na boca do caixa	345
10. Constatações	347
10.1. Inspeção judicial	350
11. Recusa de dados sobre a identidade	352
12. Resistência, desacato e desobediência	353

CAPÍTULO 10

SEGURANÇA: PREVENÇÃO E CONTROLE	357
1. Análise de dados de violência	357
2. O Oficial de Justiça e o risco de segurança	360
3. Pesquisa de segurança entre os Oficiais	361
3.1. Riscos da atividade externa	362
3.2. Riscos específicos da atividade	363
3.3. Consequências do evento violento	364
4. Protocolo de segurança	365
5. Prevenção	366
5.1. Cuidados com o veículo	367
5.2. Automatizar procedimentos	368
5.3. Reduzir a desatenção	368
5.4. Evitar permanecer no veículo parado	369
5.5. Prevenção nas ruas	370
5.6. Prevenção em diligência	371
5.7. Uso da inteligência da informação na prevenção	372
5.8. Comunicação pacificadora e controle da diligência	374

6. Retirada	375
6.1. Preparar a retirada	376
6.2. Conduta em conflitos armados	377
6.3. Colete balístico	378
6.4. Veículo blindado	379
6.5. Películas de segurança	381
6.6. Proteção dos pneus	381
7. Reação	382
7.1. Quando reagir	384
7.2. Equalizadores	384
7.2.1. Arma de fogo	384
7.2.2. Armas brancas	387
7.2.3. Armas de choque elétrico	388
7.2.4. Armas de choque por contato	388
7.2.5. Bastão retrátil	389
7.2.6. Spray de pimenta	389
7.2.7. Spray de gengibre	390
7.2.8. Outros equalizadores	390
7.2.9. Livramentos de agarres	391

CAPÍTULO 11

OFICIAL DE JUSTIÇA E ATUAÇÃO DIGITAL	393
1. A importância da qualificação em novas tecnologias	393
2. O Processo judicial eletrônico	395
3. A comunicação eletrônica dos atos processuais	395
4. Modalidades de comunicação eletrônica	396
4.1. Citação eletrônica	398
4.2. Comunicação por meio eletrônico alternativo	399
5. A atuação do Oficial nos autos digitais	400

5.1. O processo eletrônico não dispensa o Oficial de Justiça	401
5.2. A forma do mandado no processo eletrônico	403
5.3. A nota de ciência do destinatário	405
5.5. Da publicidade da certidão	408
5.6. Os autos de diligência no processo eletrônico	410
6. Oficial de Justiça – Profissional de inteligência	410
6.1. O Oficial e a pesquisa patrimonial eletrônica	411
6.1.1. SISBAJUD	413
6.1.2. RENAJUD	413
6.1.3. Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB	414
6.1.4. Operador Nacional de Registro Eletrônico de Imóveis	415
6.1.5. INFOJUD	415
7. Em busca da informação	416
7.1. INFOSEG	417
7.2. Companhias de energia elétrica e saneamento	417
7.3. DETRAN	418
7.4. Juntas comerciais	418
7.5. Receita Federal – Consulta CNPJ	419
7.6. Sintegra	419
7.7. Cadastro municipal	419
7.8. Google Earth	420
7.9. Registro de domínios de internet	421
7.10. Redes sociais	421
7.12. Mecanismos de busca	422
8. Compartilhamento de informações	422